

# ESTUDOS ARQUEOLÓGICOS DE OEIRAS

Volume 24 • 2018

VOLUME COMEMORATIVO DO XXX ANIVERSÁRIO  
DO CENTRO DE ESTUDOS ARQUEOLÓGICOS DO CONCELHO DE OEIRAS  
1988-2018



Editor Científico: João Luís Cardoso

CÂMARA MUNICIPAL DE OEIRAS  
2018

**ASPECTOS DAS EXPLORAÇÕES EM TRÓIA  
DA SOCIEDADE ARQUEOLÓGICA LUSITANA  
COM BASE EM DOCUMENTAÇÃO INÉDITA**

***ASPECTS OF THE EXPLORATIONS IN TRÓIA  
OF THE SOCIEDADE ARCHEOLOGICA LUSITANA  
BASED ON UNPUBLISHED DOCUMENTATION***

João Luís Cardoso\*

**Abstract**

A brief synthesis of the genesis and performance of the “Sociedade Archeologica Lusitana”, founded in Setúbal in 1849, is presented, highlighting several aspects of the archaeological excavations in Troia between 1850 and 1856 and several setbacks with which he then encountered, based on correspondence up to the present unpublished currently conserved in the Historical Archive of the Ministry of Public Works.

*Keywords:* excavations, history of Archaeology, nineteen century, Roman period, Setúbal, Sociedade Archeologica Lusitana, Tróia.

**1 – INTRODUÇÃO**

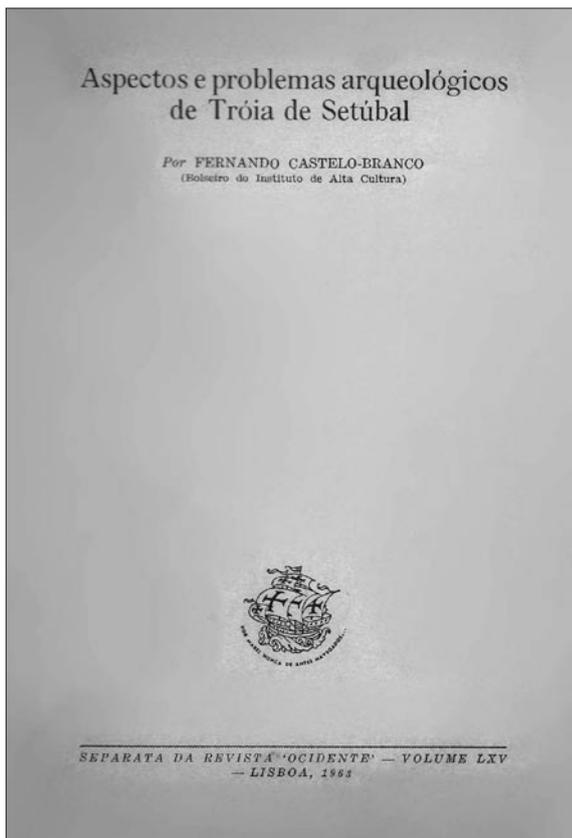
O reconhecimento do interesse arqueológico da restinga de Tróia, remonta, como é sabido, ao século XVI, e a própria designação, de origem erudita, revelará o interesse arqueológico dos vastos areais e dunas, já então reconhecido por dois humanistas dessa centúria, André de Resende e Gaspar Barreiros.

O interesse desses descampados batidos pelos ventos não mais deixou de motivar visitas, de estudiosos ou simples curiosos, bem caracterizadas por Fernando Castelo-Branco, que àquela estação arqueológica dedicou importante estudo historiográfico, cuidadosamente documentado, sendo por isso de referência incontornável (CASTELO-BRANCO, 1963) (Fig. 1).

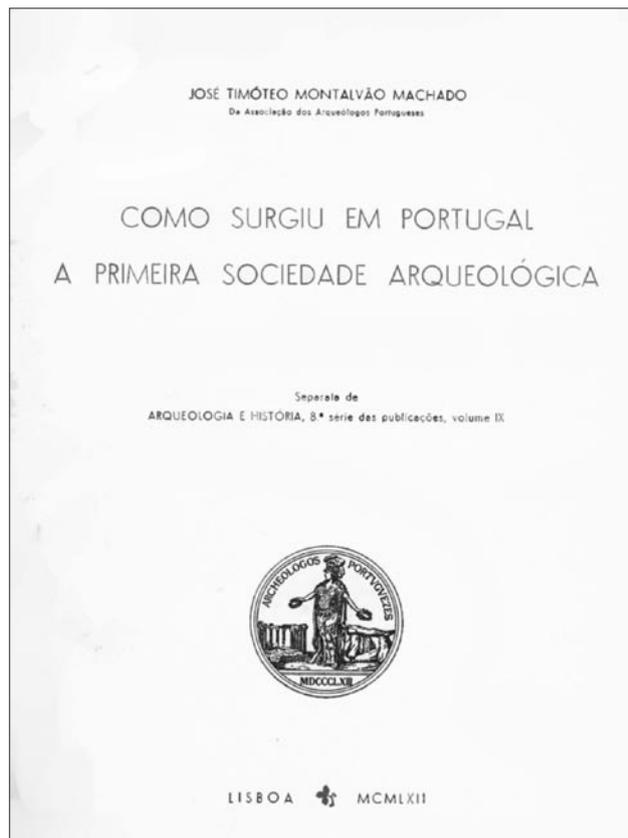
Naturalmente, não se irá repetir o que já foi dito, avultando o notável contributo de José Silvestre Ribeiro, que em 1879 apresenta detalhada caracterização da actividade da Sociedade Archeologica Lusitana, essencial para quem quiser conhecer a sua trajectória e vicissitudes (RIBEIRO, 1879).

---

\* Universidade Aberta (Lisboa). Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras (Câmara Municipal de Oeiras).  
Investigador do ICArEHB. cardoso18@netvisao.pt



**Fig. 1** – Capa da separata do estudo de Fernando Castelo-Branco publicado em vários números da revista *Ocidente*, em 1963. Arquivo JLC.



**Fig. 2** – Capa da separata do estudo de J. T. Montalvão Machado, publicado em 1962. Arquivo JLC.

Estranhamente, este contributo é apenas citado nos estudos até agora dedicados à Sociedade por Fernando Castelo-Branco.

De facto, o outro investigador que se dedicou a estudar a história da Sociedade Archeologica Lusitana não lhe faz referência, embora se apoie em valiosa documentação então inédita (MACHADO, 1962) (Fig. 2), de que se destaca uma autobiografia de João Carlos de Almeida Carvalho, trabalho dactilografado existente na Biblioteca Municipal de Setúbal, como é ali dito. Este original foi ulteriormente integrado na colectânea das *Memórias do Autor*, cuja publicação se iniciou em 1968 pela Junta Distrital de Setúbal, depois de esta ter adquirido a parte restante do acervo documental de Almeida Carvalho ainda em posse do seu bisneto, em 1967, garantindo a posse dos Direitos de Autor nas edições que se viessem a realizar.

É interessante verificar que, no estudo de Fernando Castelo-Branco, não se encontra mencionado o de Montalvão Machado, com data de publicação do ano anterior, prova de que o mesmo ainda não estaria disponível aquando da redacção daquele.

Porém, pode dizer-se que ambos se basearam largamente em um notável contributo de João Carlos de Almeida Carvalho nascido e falecido em Setúbal, respectivamente a 5 de Março de 1817 e 29 de Março de 1897, contando portanto 80 anos (Fig. 3). Sem dúvida que foi ele o grande impulsionador da Sociedade Archeologica Lusitana. da qual, em 1896, viria a publicar a sua história, respondendo assim aos seus eventuais críticos por tão tardio contributo: “*A quem nos arguir de termos vindo tarde, responderemos com*



**Fig. 3** – João Carlos d'Almeida Carvalho (1817-1897). Seg. António Cunha Bento, Carlos Mouro e Horácio Manuel Pena.



**Fig. 4** – 1.º Duque de Palmela, D. Pedro de Sousa Holstein (1781-1850). Seg. António Cunha Bento, Carlos Mouro e Horácio Manuel Pena.

*o conhecido adagio portuguez: Quem vem, não tarda.*” (CARVALHO, 1896, p. 92). Importa contudo ter presente que a data desta publicação, feita em 1896 no *Boletim da Associação dos Arqueólogos Portugueses*, pode não ser indiferente à do falecimento do seu Presidente Possidónio da Silva, com quem as negociações entabuladas na reunião de 16 de Dezembro de 1864 para procederem conjuntamente a escavações em Tróia haviam corrido mal. Importa, aliás ter presente que o contacto de Almeida Carvalho com as instituições de índole arqueológica eram escassas, destacando-se a sua participação na célebre IX Sessão do Congresso Internacional de Antropologia e de Arqueologia Pré-Históricas, reunido em Lisboa em Setembro de 1880.

Naquele depoimento fundamental, o Autor traça a história da Sociedade Archeologica Lusitana desde o seu próprio nascimento, a 9 de Novembro de 1849, até ao lento ocaso, iniciado, ainda que insensivelmente, logo após o falecimento do seu Presidente vitalício, o 1.º Duque de Palmela, D. Pedro de Sousa Holstein (1781-1850), ocorrido menos de um ano depois, a 12 de Outubro de 1850 (Fig. 4), a poucos dias do início da segunda fase dos trabalhos em Tróia, verificado a 4 de Outubro. Muito compreensivelmente, nas palavras de Almeida Carvalho, esta ocorrência lançou o desânimo na Sociedade (CARVALHO, 1896, p. 92).

João Carlos de Almeida Carvalho, assumiu logo na primeira reunião da constituição da direcção provisória da Sociedade de que foi, segundo nos revela, um dos dois fundadores (sendo o outro Domingos Garcia Peres) (CARVALHO, 1896, p. 85; CASTELO-BRANCO, 1963, p. 23), o cargo de Secretário, e foi testemunha atenta e privilegiada de todos os acontecimentos ocorridos na vida da instituição ao longo dos anos; teve ainda um papel decisivo na salvaguarda dos espólios arqueológicos que pertenciam à Sociedade, os quais, por portaria

do Ministério do Reino de 29 de Janeiro de 1868, conforme informa o próprio, foram destinados à Academia de Belas Artes, sediada no antigo convento do Largo de São Francisco, em Lisboa, onde ainda hoje se encontra. Tal decisão teve naturalmente em consideração a ausência em Setúbal de um Museu onde os mesmos pudessem ser depositados. Importa contudo sublinhar que esse museu estava previsto nos próprios Estatutos da Sociedade (Fig. 5), que no artigo 3.º do Título 1 – “Da fundação da Sociedade, seus fins e meios”, determina o seguinte: “*Formar-se-há na Villa de Setubal um Museu Archeologico dos objectos que se descobrirem, os quaes ficam sujeitos á alta inspecção do Governo para que, na conformidade dos Alvarás de 20 de Agosto de 1721 e 4 de Fevereiro de 1802, possa prover a que estes se não deterioreem ou alienem indevidamente. [...]*”. Note-se a valorização do diploma de D. João V, sobre a salvaguarda dos vestígios arqueológicos, no âmbito das competências da Academia Real da História Portuguesa e a sua adaptação feita em tempos do Príncipe Regente, futuro rei D. João VI. Foram ainda estes dois diplomas legais que, curiosamente, serviram de respaldo legal para que os dois supracitados fundadores da sociedade requeressem ao Governo, a transferência de todo o património da Sociedade Arqueológica Lusitana para a Academia Real de Belas-Artes de Lisboa (CARVALHO, 1896, p. 85).

Uma referência de Teixeira de Aragão que até agora só não passou despercebida em 1879 a José Silvestre Ribeiro, que também a transcreve da fonte utilizada por ambos, o Relatório impresso apresentado aos sócios à assembleia geral de 15 de Julho de 1851 (CARVALHO, 1896, p. 88 refere a data de 24 de Agosto de 1851) tem interesse para se perceber as razões daquele Museu nunca ter podido abrir portas e as razões de um dos sócios fiéis depositários dos espólios da Sociedade (Sebastião Maria Pedroso Gamito) nunca ter querido entrega-los em vida à Academia lisboeta de Belas Artes: “[...] *diligenciando a direcção adquirir do governo o claustro superior do extincto convento da Boa Hora [...] obrigando-se a reparal-o á sua custa para ali colocar o museu com os objectos encontrados em Troia, e tendo a camara municipal cedido da melhor vontade a posse d’aquella parte do edificio, o conselho de districto levou o zelo pelo interesse do publico a pôr a condição: «de que a sociedade sahiria do mesmo edificio, e sem direito a indemnização alguma por quaesquer benfeitorias que tivesse feito, no momento em que outro estabelecimento de maior utilidade, para ali fosse mandado colocar.» A direcção respondeu com o silêncio a tal despacho [...]*” (RIBEIRO, 1879, p. 323).

Ocorre, no entanto, uma dúvida quanto ao destino de alguns espólios de excepcional importância: tendo Almeida Carvalho sido o primeiro dos quatro sócios fiéis depositários do património da Sociedade a fazer a entrega dos que detinha em seu poder, previamente inventariados, a 26 de Fevereiro de 1869, seria importante

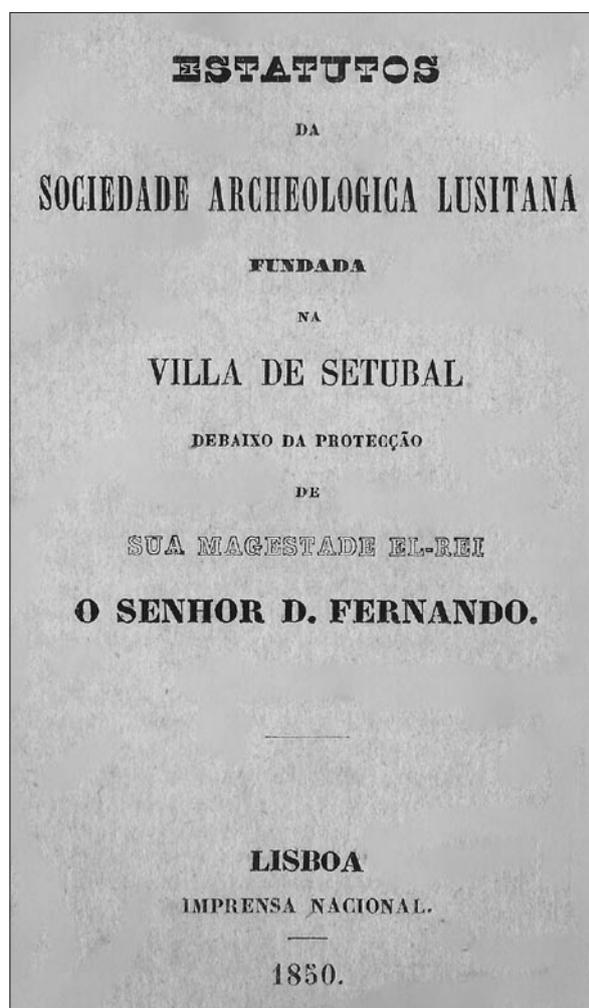


Fig. 5 – Folha de rosto dos Estatutos da Sociedade Archeologica Lusitana. Arquivo JLC.

conhecer o paradeiro da importante lápide dedicada a um *Cornelius Bocchus* que pertencia à sua colecção particular, descoberta em Tróia em 1871. Por não ter sido obtida no âmbito dos trabalhos da Sociedade, conservou-a em seu poder, achando-se desaparecida, embora tenha sido referida por Leite de Vasconcelos, que transcreve a restituição de Hubner: “*A Lucio Cornelio Boco, Filho de Lucio, flamen da Provincia, tribuno militar da Legião 3.ª Augusta.*” (VASCONCELLOS, 1895, p. 71). Facilmente se compreende o interesse de esta notável peça poder ser hoje apreciada num museu!

## 2 – OS TRABALHOS REALIZADOS EM TRÓIA

### 2.1 – Antecedentes

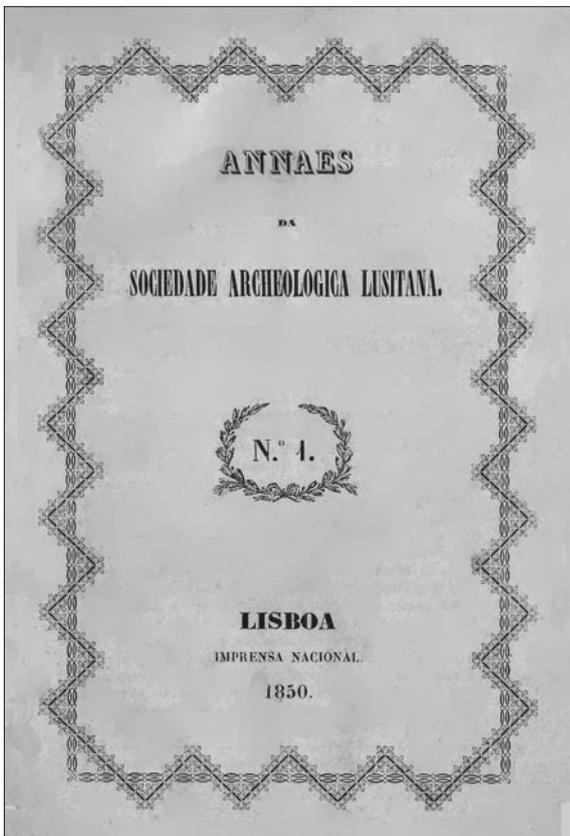
A finalidade exclusiva da constituição da Sociedade Archeologica Lusitana era a de “[...] *promover por todos os meios ao seu alcance, e efectuar uma escavação nas ruínas da antiga Cetobriga, e adquirir luzes e conhecimentos sobre a historia, geographia e costumes antigos, de que se tenham originado os que hoje existem.*” (Título 1, artigo 1.º).

A criação de agremiação com tais objectivos era plenamente justificada pela constante recolha de objectos arqueológicos, alguns de evidente valor comercial ou artístico; muitos desses objectos saíam do país, comprados por estrangeiros e os que ficavam só por acaso acabavam por ser condignamente estudados e publicados, nisso residindo um dos objectivos da Sociedade. Paradigma desta estratégia, é a publicação de taça dita de prata com aplicações de ouro, reproduzindo cena mitológica, recolhida ocasionalmente em 1814 em Tróia, no interior de uma urna cinerária de chumbo (Fig. 6). Passando à posse do Governador de Setúbal, foi ulteriormente incorporada na colecção do 1.º Duque de Palmela, tendo o seu estudo sido publicado no primeiro fascículo dos *Annaes da Sociedade Archeologica Lusitana*, datado ainda do ano de 1849 (mas saído apenas no ano seguinte), coincidindo com os inícios das escavações em Tróia (Fig. 7) e com chancela da Imprensa Nacional, embora fosse integralmente custeado por Joaquim Henriques Fradesso da Silveira (RELATÓRIO, 1851; RIBEIRO, 1879, p. 316), esta peça integra actualmente as colecções do Paço Ducal de Vila Viçosa (Fundação da Casa de Bragança), depois de ter sido dada de origem desconhecida durante muito tempo. Foi graças à excelente reprodução publicada no século XIX que foi possível a sua recente atribuição a Tróia.

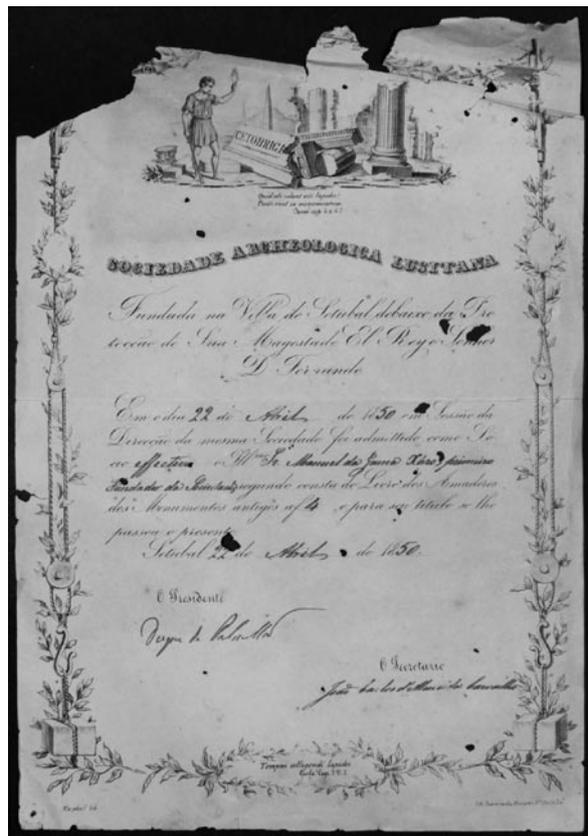
O estudo não se encontra assinado, mas é provável que seja da autoria do Padre Manuel da Gama Xaro, Vigário-Geral de Setúbal, um dos mais entusiastas e provavelmente o maior erudito da Sociedade em resultado da sua formação religiosa, a cuja direcção provisória presidiu, aquando da reunião fundacional de 9 de Novembro de 1849 (Fig. 8). Regista-se contudo que o grande animador científico da Sociedade, mais tarde desembargador da Relação do Patriarcado e cónego da Sé patriarcal de Lisboa, pediu a



**Fig. 6** – Desenho da taça de prata com aplicações de ouro encontrada em Tróia em 1814 e publicada no primeiro fascículo dos *Annaes da Sociedade Archeologica Lusitana*. Arquivo JLC.



**Fig. 7** – Capa do primeiro fascículo dos *Annaes da Sociedade Archeologica Lusitana*, com data de 1849 mas efectivamente publicado em 1850. Arquivo JLC.



**Fig. 8** – Diploma de Sócio da Sociedade Archeologica Lusitana de Manuel da Gama Xaro, datado de Setúbal de 22 de Abril de 1850 e assinado Pelo 1.º Duque de Palmela e por João Carlos d'Almeida Carvalho. Arquivo Distrital de Beja.

demissão do seu cargo de Vice-Presidente da Sociedade na sessão de 27 de Outubro de 1850, na qual é eleito, por falecimento do 1.º Duque de Palmela, seu Presidente vitalício, para as mesmas funções, o 2.º Duque de Palmela. Note-se que a demissão de Gama Xaro tem contornos hoje em dia de difícil compreensão. Não foi decerto devida ao exercício dos referidos cargos, que só assumiu mais tarde. Sendo pouco comunicativo e privilegiando, sempre que podia “[...] o retiro do seu gabinete, vivendo quasi sempre entre livros e papéis.” (CARVALHO, 1896, p. 71-72), é provável que lhe tenha desgostado as muitas dificuldades levantadas oficialmente à realização das escavações em Tróia, como adiante se verá, optando por papel passivo, afastado do bulício da vida associativa, mais de acordo com a sua índole. Por outro lado, o Relatório de 1851 sugere que o local das escavações não coincidia com a indicação de Gama Xaro que, como ali se diz, há mais de 20 anos calcorreava sozinho os areais de Tróia, com um livro numa mão e um sacho na outra (RELATÓRIO, 1851; RIBEIRO, 1879, p. 315). Enfim, o diferendo aberto com o Capitão do Porto de Setúbal, adiante tratada e, por arrastamento, a mais do que certa polémica e má vontade gerada em alguma burguesia, de armadores e comerciantes setubalenses, poderia ter influenciado também aquela decisão, dado ser homem pouco vocacionado para enfrentar conflitos.

Pode dizer-se que a Sociedade Archeologica Lusitana, sediada em prédio próprio, na antiga rua de São Domingos, hoje rua de Bartissol (Fig. 9), de início não se debatia com problemas financeiros, o que lhe permitiu custear as escavações realizadas em Tróia.

A angariação de fundos realizada em 1850 para as escavações ascendeu a 1.141\$600 réis (RELATÓRIO, 1851; CARVALHO, 1896, p. 90), avultando os contributos do Duque de Palmela (200\$000 réis), cabendo, quase à generalidade dos sócios 4\$800 réis a cada um deles, no total de 124 sócios, número assinalável e revelador da mobilização conseguida junto da burguesia comercial e industrial setubalense, bem como de proprietários locais, em grande parte em virtude do prestígio dos dois principais mecenas; a D. Fernando II coube o papel de “Protector da Sociedade” e como tal, quando as



**Fig. 9** – Casa onde funcionou a sede da Sociedade Archeologica Lusitana, na antiga rua de São Domingos, hoje rua de Bartissol. Seg. MACHADO, 1962.

finanças já entravam em crise, ajudou-a com o donativo de 300\$000 réis, conforme declara Almeida Carvalho (CARVALHO, 1896, p. 92). Mas é ao 1.º Duque de Palmela que se deve o efectivo papel mobilizador resultante do prestígio que adveio da sua simples presença em Setúbal, nos dias 8 e 9 de Novembro de 1849, como se depreende claramente das descrições da época. Prova do seu genuíno interesse pela novel Sociedade é o facto de ter ponderado adquirir o chamado Paço do Duque (antiga residência do Duque de Aveiro) para ali se instalar futuramente, aquando das projectadas visitas às escavações arqueológicas (CARVALHO, 1896, p. 74).

Foi com aquela soma, e o entusiasmo e empenho generalizado dos sócios, que aquelas escavações se iniciaram a 1 de Maio de 1850, depois de garantida a sua realização através de escritura celebrada a 3 de Novembro de 1849 com o proprietário dos terrenos de Tróia (CARVALHO, 1896, p. 75).

## 2.2 – Escavações, burocracia, muita incompreensão e generalizada má vontade

Conhecem-se detalhadamente o curso das escavações realizadas em 1850 e anos subsequentes, devido à existência do diário das escavações, que foi parcialmente publicado “[...] *num velho, olvidado e raríssimo jornal* [...]” (CASTELO-BRANCO, 1963, p. 29; seria talvez o periódico “O Setubalense”, n.º 125, de 15.11.1857, que publicou notícia da derradeira fase de escavações realizadas pela Sociedade, entre 5 de Novembro de 1855 e 12 de Abril de 1856. Trata-se do Relatório aprovado na Assembleia Geral da Sociedade no dia 21 de Dezembro de 1856 (RELATÓRIO, 1856; RIBEIRO, 1879, p. 321-322), pelo qual se percebe bem o difícil estado financeiro da Sociedade, obrigando à suspensão dos trabalhos no terreno.

De acordo com Fernando Castelo-Branco (CASTELO-BRANCO, 1963, p. 29), aquele documento teria sido do conhecimento do notável arqueólogo setubalense A. I. Marques da Costa (1857-1933) (CARDOSO, 2014) (Fig. 10), tal como, provavelmente os diversos Relatórios da Direcção. O primeiro, foi aprovado na assembleia geral de 21 de Dezembro de 1850; o segundo, impresso, foi distribuído aos sócios na assembleia-geral de 24 de Agosto de 1851 (RELATÓRIO, 1851); e o terceiro, também impresso, relativo aos trabalhos de 1855 e 1856 (RELATÓRIO, 1856), são referidos por Almeida Carvalho (CARVALHO, 1896, p. 88).

Com efeito, na publicação dos *Estudos sobre algumas estações da época luso-romana nos arredores de Setúbal* (COSTA, 1924, 1929, 1933), que ficou incompleta, o insigne arqueólogo sadino (CARDOSO, 2014) aproveitou-se largamente dos resultados das escavações realizadas pela Sociedade, registando os elementos arquitectónicos então postos a descoberto, que permaneciam inéditos, tendo recorrido igualmente às informações contidas nos diários das escavações da Sociedade Archeologica Lusitana. No entanto, tais diários, relativos aos trabalhos realizados entre 1 de Maio de 1850 e 7 de Dezembro de 1850, totalizando 10 semanas de trabalho, ao só foram publicados na íntegra por Fernando Castelo-Branco em 1963 (CASTELO-BRANCO, 1963). Para o efeito, teve acesso ao Livro *Registo dos Diários*, que, como declara (CASTELO-BRANCO, 1963, p. 38, nota 12), não é o mesmo exemplar depositado no Arquivo da Academia de Belas-Artes em 29 de Julho de 1868, com a designação “*Livro de registo dos diários, in fol. Está escrito até à pagina 13*”, de acordo com o inventário então elaborado (CARVALHO, 1896, p. 87-88), cujo número de páginas coincide com o do exemplar publicado por Fernando Castelo-Branco, embora o autor seja omissivo quanto ao local em que o consultou ou quanto à propriedade do mesmo.

Neste trabalho, não serão descritos os pormenores da vida da histórica agremiação, pois se o fizéssemos correríamos o risco de repetir o que o próprio João Carlos de Almeida Carvalho, Fernando Castelo-Branco, J. T. Montalvão Machado e José Silvestre Ribeiro escreveram, com maior propriedade.

De igual modo, e pelas mesmas razões, não será apresentada a caracterização das três fases de escavações, por serem já conhecidas em detalhe. Dir-se-á apenas que a primeira fase das escavações iniciou-se a 1 de Maio e terminou a 1 de Junho de 1850, com base no registo semanal dos trabalhos efectuados, tendo-se despendido nestes trabalhos, mais os realizados entre 4 de Outubro de 1850 e 15 de Março de 1851, 836\$245 réis (RIBEIRO, 1879, p. 321) do montante de 1141\$600 réis que se conseguiu reunir, deixando a Sociedade, a partir desse momento, com limitada capacidade de intervenção.

As escavações foram permanentemente acompanhadas, semana após semana, por um ou dois sócios, para o efeito designados, e que usavam o título de Inspectores, cujos nomes se conhecem. Os trabalhos foram noticiados, ainda em 1850 na Revista Popular (na tipografia da qual se imprimiu o último volume dos *Annaes* da Sociedade, em 1851). Com a publicação daquela notícia em revista de grande tiragem, garantiu-se larga difusão dos resultados animadores obtidos naquela primeira fase dos trabalhos.

A terceira campanha de escavações decorreu de 5 de Outubro de 1855 a 12 de Abril de 1856 (RELATÓRIO, 1856).



Fig. 10 – António Inácio Marques da Costa, farda de Tenente-coronel (1857-1933). Seg. CARDOSO, 2014, Fig. 18.

Importa, sobretudo, destacar factos ainda inéditos ou insuficientemente conhecidos quanto às escavações promovidas pela Sociedade em Tróia. Um deles, respeita à própria ferramenta utilizada.

O Relatório de 1851 refere que a direcção da Sociedade requereu do Governo “[...] *algumas ferramentas, como pás, alavancas, etc., e diga-se em abono da verdade, a direcção não encontrou a menor objecção a este pedido, antes a melhor vontade da parte do respectivo ministro que de prompto expediu as suas ordens [...]*.” (RELATÓRIO, 1851, RIBEIRO, 1879, p. 313).

No entanto, a situação não foi assim tão simples. No Arquivo do Ministério das Obras Públicas, por intermédio de uma antiga aluna, a Mestre Isabel Carneiro, foi possível localizar diversa correspondência oficial então produzida.

Com efeito, o pedido da cedência da ferramenta, dirigido à Rainha, por João Carlos d’Almeida Carvalho (Fig. 11), a 27 de Abril de 1850, só foi despachado a 11 de Maio de 1850 (lembre-se que as escavações se haviam iniciado no dia 1 de Maio...), quando o então Conde de Tomar, Ministro do Reino, autorizou o Inspector-Geral de Obras Públicas a “[...] *fornecer por empréstimo á dita Socied.ª as 12 paz e as 2 alavancas pedidas, não podendo conceder-se os alviões por os não haver no deposito da Inspeccão Geral; e cumprindo que a Direcção da dita Sociedade se comprometta a restituir á mesma Inspeccão as ferramentas no mesmo estado em que as receber.*” (Fig. 12). Na verdade a Sociedade conformou-se com o mau estado das pás de que tinha sido informada, pois de contrário contaria apenas com as duas alavancas, dado que o referido Inspector-Geral, o Barão da Luz, em Ofício dirigido ao Ministro do Reino, no dia anterior, 10 de maio de 1850 (Fig. 13), tinha alertado para tal situação, pelo que o dito Ministro teria de autorizar a compra das duas picaretas (nunca concretizada), bem como das doze pás, para substituírem as que se encontravam quase inutilizadas. Compreende-se, assim, a opção do representante da Sociedade, conhecedor dos meandros burocráticos em que se movimentava, ao aceitar o mau estado das pás... mais valiam doze em mau estado, do que nenhuma!

Mais grave foi o incidente que resultou da forma como as próprias escavações foram conduzidas. Como se declara no Relatório de 1851, o pedido dirigido ao Governo para que à Sociedade “[...] *fosse permitido cortar, e á sua custa, alguns paus de um pinhal nacional situado nas margens do Sado [...] servindo de escoras e estacas de que ali tanto se necessitava, e mui principalmente para serem applicados á construcção de um carril [...] o qual assente desde o local da excavação, e atravessando a lingua de terra até á margem da lagôa que lhe fica fronteira, offereceria uma immensa vantagem na expedição do trabalho, e rápida remoção das areias para o lado do sul.*” (RELATÓRIO, 1851; RIBEIRO, 1879, p. 313) não foi deferido. Note-se que este carril se destinava a permitir a circulação de carrinhos de mão, como é dito no relatório da 7.<sup>a</sup> semana de trabalhos, de 11 a 16 de Novembro de 1850 (CASTELO-BRANCO, 1963, p. 41). Como não foi possível concretizar tal iniciativa, por falta de apoio oficial, as terras foram removidas em canastras e despejadas no local mais próximo da escavação, isto é, no próprio leito do rio. Esta situação produziu imediata reacção do Capitão do Porto de Setúbal.

Assim, logo a 19 Maio de 1850, o capitão do Porto de Setúbal, oficiou o Inspector do Arsenal da Marinha depois de ter pessoalmente examinado as condições em que se estavam a realizar os trabalhos de escavação. Particular atenção lhe mereceu a forma como “[...] *as areias tiradas em grande quantidade dos sítios já escavados, forão e continuão a ser lançadas na Praya junto ao Rio que já tem arrastado consigo huma grande parte dellas, e certamente arrastará todas quantas n’aquelle sitio se lançarem, dando cauza a augmentar o máo estado em que este Porto já se acha. = Fiz vêr ao Vice-Prezidente da mesma Sociedade todo o mal que resulta das areias serem lançadas na Praya, e que de modo algum convem que assim se continue a proceder, e que para o lado do Sul há huma grande extensão de terreno para onde podem ser conduzidas, e aonde não cauzão mal algum, e não me satisfazendo ás respostas do dito Vice-Prezidente, e mesmo conhecendo que não admitia as minhas reflexões que*

Ms. 48. Maio 1850 Off. Ar. D. P.

29  
170. Prof.º Imperatoral de Lisboa  
P. se é possível ratificar  
o ped.º d' esta Sociedade

M.O.P.  
ARQUIVO

A Direcção da Sociedade Archeologica Lusitana  
desajando empregar toda a economia no objecto da ge-  
renia a seu cargo, com o fim de poder applicar a  
maior somma, das poucas fundos que por agora pó-  
de dispor, á escavação nas ruinas da antiga Estre-  
ga, a Direcção confiante muito na alta protecção  
de Sua Magestade, em nome da mesma So-  
ciedade pede que pela Repartição das obras Pu-  
blicas se lhe mande entregar dois pás de ferro,  
dois abriões e duas alavancas para serem empree-  
gadas no serviço da escavação intentada, a qual  
desde já se vá das comeco.

Pede a Vossa Magestade  
se digna de assim o mandar e

Lisboa 27 de Abril de 1850  
Cosmo Procurador  
João Carlos d' Almeida Carvalho.

P. M.

Fig. 11 - Pedido de cedência de ferramenta para as escavações, dirigido à Rainha, por João Carlos d'Almeida Carvalho, a 27 de Abril de 1850. Arquivo Histórico do MOP.

Ministerio do Reino - 2.<sup>o</sup> Dir.<sup>o</sup> arr.<sup>o</sup> 8.<sup>o</sup> Repu.<sup>o</sup> =  
No. 189 - Tendo a Direcção da Sociedade  
de Archeologica Litteraria requerido,  
que lhe fossem emprestados pela Inspeccão  
Geral das Obras Publicas 12 paus, 2 alvíos, e  
2 alavancas a fim de serem empregados  
na escavação que a mesma Sociedade  
projecta fazer em Setubal. Ha por  
sem S. Magestade do Reino em vis-  
ta da informação do Inspector Geral  
das Obras Publicas contida em seu  
Officio No. 189 de todo corrente. Autho-  
risar o referido Inspector Geral para  
fornecer por emprestimo a dita Socied.  
as 12 paus e as 2 alavancas pedidas, não  
podendo conceder-se os alvíos pelo não  
haver no deposito da Inspeccão Geral,  
e cumprindo que a Direcção da dita  
Sociedade se comprometta a restituir  
à mesma Inspeccão as ferramentas no  
mesmo estado em que as recebeu. Que  
se participe ao Inspector Geral das  
Obras Publicas para seu conhecim.  
e mais offiços. Paço das Necessidades  
em 11 de Maio de 1850. Conde de Thomar.

Fig. 12 – Do Conde de Tomar, Ministro do Reino para o Inspector-Geral de Obras Públicas, autorizando a cedência de ferramenta para as escavações, a 11 de Maio de 1850. Arquivo Histórico do MOP.

*neste objecto são as de todas as pessoas sensatas d'esta terra, por isso levo tudo ao conhecimento de Vossa Senhoria a fim de dignar-se solicitar as providencias necessárias, e que eu julgo muito urgentes.”* (Fig. 14).

A questão conheceu desenvolvimento oficial, tendo a referida exposição sido remetida do Ministério da Marinha e do Ultramar para o Inspector-Geral das Obras Públicas por Officio datado de 25 de maio de 1850 (Fig. 15). Ao mesmo tempo, o dito Inspector-Geral de Obras Públicas era instado pela Secretaria de Estado dos Negócios do Reino, por Officio datado de 28 de maio de 1850, em nome do Ministro da Marinha, a enviar aos areas de Tróia pessoa habilitada a examinar a situação criada (Fig. 16). A 10 de Junho de 1850, por Officio do Architecto Caetano José de Paula, resultante da inspecção que fizera às escavações na companhia do Capitão



Officio do Sr. Conde de Tomar  
M. e C. Ins.  
844

M.O.P.  
ARQUIVO

Ministerio do Reino  
2. Div. de Engr.  
Sob o off. n. 180  
de 8.

Informando ao Sr. Inspector-Geral das Obras Publicas do Reino sobre o estado das ferramentas solicitadas para as escavações da Sociedade Archeologica Lusitana.

Satisfazendo ao que me exige em officio do Ministerio do Reino de 4 de corrente cumpro-me em informar que para se emprenderem as obras de ferro, alvicoes e alavancas que requer a Direccao da Sociedade Archeologica Lusitana, sera preciso que se comprem os dous alvicoes, assim como as picas de ferro, a que se em- boveda, porque esta esgotada e de- zeta que havia destas ferramentas na Direcção Geral das Obras Publicas.

Deo saber ao Sr. Inspector-Geral das Obras Publicas do Reino que se encontra em esta Reparticao um agente da Sociedade de Escavações que se encontra com as picas, e nem mesmo mais estado em que se acham, e neste caso não haõ difficuldade em se fornecerem, assim como as duas alavancas.

Tenho por em a observar que apore- zitando se nesta Reparticao um agente da Sociedade de Escavações que se encontra com as picas, e nem mesmo mais estado em que se acham, e neste caso não haõ difficuldade em se fornecerem, assim como as duas alavancas.

P. as Ins. 180  
11 de Maio 1850

Deos Guarde a V. Ex. R. Lisboa 10 de Maio de 1850

Officio do Sr. Conde de Tomar

Barão da Luz

Fig. 13 - 11 de Maio de 1850. Do Inspector-Geral de Obras Públicas, Barão da Luz, para o Ministro do Reino, Conde de Tomar, alertando para o mau estado de algumas das ferramentas solicitadas para as escavações. Arquivo Histórico do MOP.



Cópia



1013  
Inspeção do Arsenal da Marinha.  
- Cópia - Capitania do Porto de Setúbal -  
Illustrissimo Senhor - Tendo a Sociedade Archeologica Lusitana, creada nesta Villa de Setúbal, comecado a effectuar humma escavação no sitio denominado Troia, na margem esquerda do Rio desta mesma Villa, a fim de descobrir as ruinas da antiga Setúbriga, e chegando ao meu conhecimento que a dita escavação se fazia de humma maneira muito irregular, e muito prejudicial a este Porto, fiz eu o dia de hontem a examinar aquelles trabalhos, e com effeito achii ser exacto quanto a tal respeito se me tinha feito vir, achando que as curvas tiradas em grande quantidade dos sitios já escavados, foram e continuão a ser lançadas na Praia junto ao Rio que já tem arrostado consigo humma grande parte dellas, e certamente arrastará todas quantas se aquelle sitio se lançarem, dando causa a augmentar o máo estado em que este Porto já se achava - Tira vir ao Vice-Presidente da mesma Sociedade todo o mal que resulta das curvas serem lançadas na Praia, e que de modo algum convem que assim se continue a proceder, e que fizesse o lado do Sul ha humma grande extensão de terreno para onde podem ser

Fig. 14 - 19 de Maio de 1850. Do Capitão do Porto de Setúbal, para o Inspector do Arsenal da Marinha, denunciando o despejo de areias e entulhos para o leito do rio Sado em resultado das escavações em curso. Arquivo Histórico do MOP.

1012

2.ª Div. N.º 22. 2.ª Div.  
 Ministério da  
 Marinha e  
 Ultramar

M. O. P.  
 ARQUIVO

O Sr. J. de Faria a honra de pagar as Mãos de P.º  
 O. P.º para inclusão copia da Representação, que ao Ins-  
 pector do Arsenal da Marinha dirige o Cap-  
 itão do Porto de Setúbal mostrando, quanto pre-  
 juizo está fazendo aquelle Porto, pelo modo por  
 que a Sociedade Archeologica Lusitana está  
 procedendo ás escavações no sitio de Fozza para  
 descrever as ruínas da antiga betúbriga, a fim  
 de que, tomando P.º conhecimento da mesma  
 Representação, se sirva mandar dar as providencias  
 que julgar oportunas para evitar a deterioração  
 do mesmo Porto.

Deo. Guarde a P.º Secretaria de Estado dos  
 negócios da Marinha e Ultramar, em 25 de  
 Maio de 1850

O Sr. J. de Faria  
 Ministro e Secretario  
 de Estado dos Negócios do Mar e Ultramar

Visconde de Castellos

Fig. 15 - 25 de Maio de 1850. Do Ministro da Marinha e Ultramar para o Inspector-Geral de Obras Públicas acerca do prejuízo que as escavações arqueológicas estariam a provocar no Porto de Setúbal. Arquivo Histórico do MOP.

de Titubato do modo menos convenien-  
te por que a Sociedade Archeologica Lu-  
zitanica está procedendo a escavações no  
local onde existia a antiga Cetobriga, e  
que o mesmo <sup>como</sup> Ministro que V. Ex.<sup>ca</sup> se  
sirva de mandar examinar por pessoa  
competentemente habilitada, semelhan-  
te objecto, informando depois a vista do  
resultado deste exame o que se lhe offere-  
cer a respeito deste negocio sobre o qual in-  
terporá o seu parecer, devolvendo a esta  
Repartição a correspondencia inclusa  
— Deo. Guardo a V. Ex.<sup>ca</sup> Secretaria do Es-  
tado dos Negocios do Reino em 28 de  
Maio de 1850. M. e C. Sr. — Inspe-  
ctor-Geral das Obras Publicas — Joaquim  
F. P. da Fonseca Telles.

**Fig. 16** – 28 de Maio de 1850. Do Secretário de Estado dos Negócios do Reino ao Inspector-Geral de Obras Públicas, para que providenciasse o envio de perito que avaliasse os danos provocados pelo despejo de areias provenientes das escavações no leito do rio Sado. Arquivo Histórico do MOP.

do Porto de Setúbal (Fig. 17), o referido Inspector-Geral, é informado, a tal propósito, do seguinte: “[...] só tenho a acrescentar que a obra vai feita com muita irregularidade, por falta de pessoa inteligente que dirija os trabalhos, tendo estes sido principiados junto ao mar no sitio mais elevado do local, quando deverião ter começado do Sul, por isso mesmo que oferece maiores vantagens para a remoção das arêas, sem que estas cauzem prejuízo ao rio, como acontecia antes de ser intimada a Sociedade para não continuar a mandar deitar para o Mar, não só as arêas como também entulhos.” A questão teve o seu epílogo pelo Ofício remetido no dia seguinte, 11 de Junho de 1850, pelo Inspector-Geral das Obras Públicas ao Ministro do Reino, o Conde de Thomar (Fig. 18), dando inteira razão ao Capitão do Porto de Setúbal, face à inspecção realizada, “[...] e mesmo obrigação de representar contra o prejuízo resultante de se lançarem na praia as arêas provenientes da escavação; é porem certo que a final se prestou a Sociedade a mandar lançar os desentulhos em a localidade competente para não poderem ser levados pelas agoas, em damnificação da barra e porto. [...]”, sugerindo que se empregassem os préstimos de um Major Engenheiro colocado em Setúbal pelo Ministério da Guerra, o que não chegou a verificar-se.

Com efeito, tendo os trabalhos de escavação começado a 1 de Maio, os conflitos com o Capitão do Porto de Setúbal só se evidenciam no diário da 3.<sup>a</sup> semana a partir do dia 18 de Maio de 1850, quando a condução da escavação estava entregue aos sócios Freitas e Gamito. Tendo o referido oficial verificado que nenhum deles se encontrava no local das escavações, o mesmo, de acordo com os referidos sócios, obrigou os trabalhadores “[...] a largarem o trabalho, e a fazer o que lhes pareceu mandar-lhes, ameaçando-os de autua-los se não cumprissem as suas ordens, o que elle verificaria pessoalmente indo lá todos os dias.” (CASTELO-BRANCO, 1963, p. 33).

Mas tal não aconteceu, prosseguindo as escavações sem mais incidentes até à sua suspensão, a 1 de Junho de 1850, embora o processo de averiguações oficial tivesse continuado o seu curso, pois ainda a 28 de Maio era determinada a visita de um técnico da Inspecção Geral de Obras Públicas, que deve ter comparecido já depois de concluídas as escavações que terminaram no dia 1 de Junho, tendo remetido o seu relatório ao Inspector-Geral apenas a 10 de Junho de 1850.

Enfim, a elevada mão-de-obra necessária para os propósitos que se pretendiam atingir pesou decisivamente nas finanças da Sociedade. Apesar de, no Relatório de 1851 se ter considerado a possibilidade de se recorrer a um pequeno contingente de operários dado pela repartição de obras públicas, ou a algumas dúzias de braços de forçados das galés, o certo é que toda a mão-de-obra teve de ser contratada e paga pela Sociedade.

Esta questão deixou marcas nos membros da Sociedade, pois no diário relativo à 7.<sup>a</sup> semana de trabalhos, de 11 a 16 de Novembro de 1850, podem ler-se as soluções apresentadas pelos relatores, os sócios Domingos Garcia Peres e António Dias de Azevedo para evitar novos protestos. Admitindo que não havia outro local para despejo das areias senão para o rio e “[...] para que os inexperientes que são sempre os que mais falão, e mais bulha fazem, não atribuão à Sociedade o desejo de ver a barra entulhada, é mister fazer um grande cais, ou amparo forte a essas areias, para o que é mister uma grande e firme estacaria [...]” (CASTELO-BRANCO, 1963, p. 11). Claro que para a construção da estacaria seria necessária a madeira que não foi possível arranjar e que tanta falta fez para a maior eficácia na evacuação das areias, como acima se referiu. Também naquele relato semanal se pediam mais duas dúzias de alviões e mais vinte pás de ferro que, como sabemos, jamais foram entregues pelo Ministério das Obras Públicas.

1011

1  
V. Ex.<sup>a</sup> Sr. — Com cumprimento das Ordens  
de V. Ex.<sup>a</sup> passei a Villa de Setubal para dali me diri-  
gir ao sitio denominado Troia, afim de tomar conhecimento  
das escavações que se estão fazendo a margem do rio no  
referido sitio, e que effectuei na companhia do Sr. Capita-  
ão do Porto Manoel Gonçalves Christovão, o qual me pres-  
tou todos os auxilios ao seu alcance.

Passando depois a observar as escavações man-  
dadas fazer pela Sociedade Archeologica Lusitana, cum-  
pre-me dizer a V. Ex.<sup>a</sup> que a vista da representação feita  
ao Ministerio da Marinha pelo referido Sr. Capitão do  
Porto, se tenho a acrescentar que a obra vai feita com mu-  
ta irregularidade, por falta de pericia intelligente que diri-  
ja os trabalhos, tendo estes sido principados junto ao mar  
no sitio mais elevado do local, quando deverião ter começa-  
do do Sul, por isso mesmo que offerece maiores vantagens  
para a renovação das áreas, sem que estas causem prejui-  
zo ao rio, como acontecia antes de ser intencionada a Socie-  
dade para não continuar a mandar deitar para o Mar, não  
se as áreas como tambem entulhos. He quanto tenho a  
honra de expor a V. Ex.<sup>a</sup> — Sala da Inspeção e Insua-  
risação das Obras Publicas do Rio de Janeiro 10 de Junho de 1850.

Caetano José de Paula, Architecto

M. O. P.  
ARQUIVO

Está Conforme. Secretaria da Inspeção  
Geral das Obras Publ. de Junho 11 de Junho de 1850.

João Simão Jorge

Fig. 17 - 10 de Junho de 1850. Ofício do Arq. Caetano José de Paula ao Inspector-Geral de Obras Públicas com as observações que resultaram da sua inspecção às escavações. Arquivo Histórico do MOP.



1009  
Ilmo. Sr. Conde de Tomar

Seu Minist. do  
Reino  
Direcção G. de  
Obras P. do Off. nº  
232 - P. 8º

29  
11  
Com D. V. e S. P. re. nota  
que a Socied. se presta a  
dar melhor direcção a um  
trabalho



Informando a V. Ex.  
presentação do  
Cap. do Porto de  
Setúbal, sobre a  
maneira incon-  
veniente por q.  
a Sociedade Chi-  
cheologica Lusi-  
tana fazia pro-  
ceder as escava-  
ções no sitio de  
Troia, onde exis-  
te a antiga  
Cetobriga.

sendo baixado a esta Inspeccão Local a  
Off. do Ministerio do Reino de 28 de  
Maio ultimo, e Sub. Inspect. Jac. Bento  
de Souza, para, na minha assignatura, ex-  
ammar o Architecto Caetano José da Paiz  
da. De ter examinado o objecto da representa-  
ção do Capitão de Porto de Setúbal, e ter  
observado a irregularidade com que se  
estava praticando as escavações, em  
terras pertencentes a Sociedade Chi-  
cheologica Lusitana, na localidade de Troia,  
hoje denominada de Troia, na margem esquerda do Rio que  
banha a Villa de Setúbal.

Na inclusa copia da informa-  
ção do mesmo Architecto, está presente  
a V. Ex. que o Capitão de Porto de Setúbal  
da a razão, e mesmo obrigação de re-  
presentar contra o prejuizo resultante  
de se lançarem as terras escavadas  
provenientes da escavação; e por em con-  
to que a final se prestou a Sociedade a  
mandar lançar os desentulhos em  
a localidade competente para não po-  
derem ser levados pelas agoas, em dan-  
nificação

Fig. 18 - 11 de Junho de 1850. Do Inspector-Geral de Obras Públicas para o Ministro do Reino, Conde de Tomar. Arquivo Histórico do MOP.

## 4 – CONCLUSÃO

Pode concluir-se que a Sociedade Archeologica Lusitana foi constituída com donativos que lhe permitiram de início intensa actividade, tanto de assinaláveis personalidades nacionais, como da vida intelectual e económica da então vila de Setúbal.

Porém, com o tempo, a cupidez dos investidores, que perceberam que daquelas explorações pouco ou nenhum lucro resultaria, e a falta de meios dos verdadeiros estudiosos e eruditos, ditou o progressivo declínio da sociedade, cuja modernidade se evidenciava até por permitir a entrada de senhoras, “[...] *que por seu amor às sciencias quisessem a ela associar-se.*” (CARVALHO, 1879, p. 75), e isto já em 1850! Foi, também neste aspecto, precursora das sociedades científicas mais avançadas da Europa, esclarecendo Almeida Carvalho que uma assembleia sem o atractivo das damas era como um ano sem Primavera ou uma Primavera sem rosas (*Ibidem*, p. 75). Porém, mesmo essa novidade não bastou para o lento e irrevogável declínio desta pioneira iniciativa científica, que hoje aqui se recordou, num preito de homenagem a todos quantos nela, esforçada e desinteressadamente participaram, representados pelo mais dedicado de todos eles, João Carlos de Almeida Carvalho.

## AGRADECIMENTOS

À Mestre Isabel Carneiro pela documentação até ao presente inédita pertencente ao Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas relativa às escavações que a Sociedade Archeologica Lusitana que teve a gentileza de me facultar.

Às Dr.<sup>as</sup> Patrícia Magalhães e Patrícia Brum, pela informação prestada aquando da apresentação pública desta comunicação em Setúbal sobre a taça metálica achada em Tróia e 1814 e reproduzida neste trabalho, pertencente à Fundação da Casa de Bragança, cuja origem, até época recente, se desconhecia.

À Doutora Joaquina Soares, pelo convite para a apresentação pública deste estudo na Conferência de encerramento do Ciclo de Comemorações do Bicentenário de Almeida Carvalho, realizada no Museu de Arqueologia e Etnografia da Associação de Municípios da Região de Setúbal.

## REFERÊNCIAS

- (n/a, 1849) – Explicação de uma taça de prata de artefacto romano, achada nas ruínas da antiga Cetobriga no ano de 1814, e existente em casa do ex.mo sr. duque de Palmela. *Annaes da Sociedade Archeologica Lusitana*. Lisboa. 1, p. 4-8.
- CARDOSO, J. L. (2014) – António Inácio Marques da Costa (1857-1933), Setúbal, Tróia e a Arrábida: percursos de um pioneiro dos estudos arqueológicos regionais em Portugal vistos pela correspondência enviada a José Leite de Vasconcelos. *Setúbal Arqueológica*. Setúbal. 15, p. 11-44.
- CARVALHO, J. C. A. (1896) – A Sociedade Archeologica Lusitana. *Boletim da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes*. Lisboa. Série III, 7 (5), p.70-75; (6/7), p. 82-92.
- CASTELO-BRANCO, F. (1963) – Aspectos e problemas arqueológicos de Tróia de Setúbal. *Ocidente*. Lisboa. 65 (separata de 100 p.).
- COSTA, A. I. M. (1924, 1929, 1933) – Estudos sobre algumas estações da época luso-romana nos arredores de Setúbal. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 26, p. 314-328; 27, p. 165-181; 29, p. 2-31.

- MACHADO, J. T. M. (1962) – Como surgiu em Portugal a primeira sociedade de Arqueologia. *Arqueologia e História*. Lisboa. Série VIII, 9, p. 119-145.
- RELATÓRIO (1851) – *Relatório da Direcção da Sociedade Archeologica Lusitana apresentado em Assembléa Geral de 24 de Agosto de 1851*. Folheto impresso. Setúbal.
- RELATÓRIO (1856) – *Relatório da Direcção da Sociedade Archeologica Lusitana apresentado em Assembléa Geral de 21 de Dezembro de 1856*. Folheto impresso. Setúbal.
- RIBEIRO, J. S. (1879) – *Historia dos estabelecimentos scientificos literários e artísticos de Portugal*. Tomo VIII. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias.
- VASCONCELLOS, J. L. (1895) – Excursão archeologica a Alcacer-do-Sal. *O Archeólogo Português*. Lisboa. 1, p. 65-92.